



**SOCIEDADE
CRISE E RECONFIGURAÇÕES**

VII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

19 a 22 Junho 2012

Universidade do Porto - Faculdade de Letras - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

ÁREA TEMÁTICA: Sociologia do Consumo

A VARIABILIDADE DAS PRÁTICAS ALIMENTARES DAS FAMÍLIAS COM CRIANÇAS EM PORTUGAL

TEIXEIRA, José

Licenciatura em Sociologia

ICS-UL

jose.teixeira@netmadeira.com

Resumo

No período anterior à institucionalização da democracia em Portugal, a alimentação era uma dimensão da vida social fundamentalmente a cargo das famílias e, em alguns casos, do assistencialismo proveniente de organizações de carácter filantrópico. Com o surgimento do Estado Social, ela passou a estar fortemente mediada pelo Estado, especialmente nas famílias com menos recursos económicos. Mais tarde, com a modernização do Estado, o mercado passou a ter um impacto crescente na vida das populações e, particularmente, na alimentação dos indivíduos. Nos últimos anos, assistiu-se em Portugal, a um conjunto de tendências de modernização do tecido social que, embora assimétricas, conduziram, entre outros, à consolidação da sociedade de consumo. A alimentação está por isso sujeita a uma rede mais abrangente e complexa de interdependências. Importa compreender, neste contexto de múltiplas combinações de recursos e possibilidades de acção, o papel de intermediação destas esferas de sociabilidade na estruturação das práticas alimentares. Ainda assim, a família permanece uma instituição central no processo pedagógico-cultural e, particularmente, na produção das identidades alimentares das crianças e dos cônjuges. Este trabalho presta especial atenção à importância que as interações domésticas têm na estruturação dos hábitos alimentares dos elementos das famílias com crianças. A partir de uma abordagem compreensiva das negociações envolvidas na produção de culturas alimentares familiares e, numa leitura co-dependente de um conjunto de interferências como o Estado (alimentação escolar), as sociabilidades infanto-juvenis, as culturas familiares, a territorialidade, a exposição ao mercado (media) e a as classes sociais, vou procurar desenvolver um modelo conceptual que permita identificar dinâmicas familiares determinantes na alimentação.

Before the institutionalization of democracy in Portugal, the food was primarily under the responsibility of family support networks and, in some cases, driven from the material assistance provided by philanthropic organizations. With the emergence of the Welfare State, she happened to be strongly mediated by the state, especially in families with fewer economic resources. Later, with the modernization of the state, the market began to have an increasing impact on the lives of people, and particularly in the emergence of the free-choice consumer culture. In recent years, there have been a number of trends of modernization in the Portuguese societies that, although asymmetric, lead, among other dynamics, to the consolidation of the consumer society. Food consumption is, therefore, subject to a more comprehensive and complex network of interdependencies. It is important to understand the intermediation role of these social spheres in the structuring of the individuals foods practices in this context of multiple combinations of features and possibilities of actions. Still, family remains a central institution in the cultural process, and particularly in the production of the children's and the spouse's food identities. This paper pays special attention to the importance of domestic interactions in the structuring of the family food habits. By adopting a comprehensive approach to the negotiations involved in the production of food and family and, taking into account a co-dependent set of interferences as the state (school meals), the children's sociability, family cultures, territoriality, exposure market (media) and social classes, I will seek to develop a conceptual model identifying family dynamics in determining power.

Palavras-chave: alimentação; consumo; família; crianças;

Keywords: food; consumption; family; children;

1. Introdução

No período anterior à institucionalização da democracia em Portugal, a alimentação era uma dimensão da vida social fundamentalmente a cargo das famílias e, em alguns casos, do assistencialismo proveniente de organizações de carácter filantrópico. Durante o Estado Novo, especialmente até aos anos 60, a protecção social era mínima e por isso insuficiente no suprimento das carências alimentares dos grupos predominantemente rurais com menos recursos (Sobral, 2007). Na ausência de um sistema de protecção social eficaz, as escolhas alimentares dos indivíduos pertencentes às classes baixas eram fortemente constrangidas pelos recursos familiares e pelos que decorriam das trocas e da criatividade emergente nas redes de solidariedade entre os indivíduos e a comunidade. Mais tarde, com o surgimento do Estado Social, a alimentação da população, e em especial a dos mais jovens, passou a estar fortemente mediada por um sistema de protecção social que envolveu, entre outras iniciativas, um programa de normalização alimentar dirigido à população escolar. Este tipo de actuação inseriu-se num novo paradigma de ‘governamentalização’ da população (Foucault, 1975) que promove a regimentação das biografias dos indivíduos (“biopoder”) de acordo com novos valores sobre o estatuto dos cidadãos e das crianças (por exemplo, o direito à infância, à saúde e a uma alimentação saudável) e por recurso a um conjunto de ‘biopedagogias’ (Miller e Rose, 2008) inovadoras como foi o caso dos programas de alimentação escolar do governo português (Suplemento Alimentar, Programa do Leite Escolar, Refeição Escolar, etc.).

Porém, a modernização do Estado não se limitou à transformação dos dispositivos de protecção social. Assistiu-se também à progressiva inclusão do mercado no quotidiano da vida das populações e particularmente na sua alimentação. Nos últimos anos, Portugal passou a integrar um conjunto de tendências de modernização do tecido social que, embora assimétricas, conduziram ao desenvolvimento de uma sociedade de consumo (Barreto, 2000; Cruz, 2011). Neste contexto, as escolhas produzidas pelos indivíduos são mais autónomas, isto é, tendem a ser consonantes com o gosto, interesses, desejos e aspirações individuais. Isto conduziu, entre outros, à diversificação dos hábitos de consumo e da oferta disponível. Actualmente, as práticas geradas no âmbito da alimentação interagem com uma rede mais abrangente e complexa de interdependências que transcendem o poder da família e da comunidade. Embora a análise das práticas e dos conhecimentos alimentares da população possa ser desenvolvida no âmbito do estudo da interferência de um meio social específico (por exemplo a família), contudo, ele não deve ignorar a interferência de outros actores sociais (mercado, comunidade e Estado). As relações estabelecidas entre os indivíduos e estas redes de provisão remetem para um conjunto de trocas de bens, serviços, afectos e subjectividades onde se efectivam estruturas de poder.

Em Portugal, de acordo com o relatório COSI (2011), mais de 38% das crianças entre os 6 e os 8 anos têm excesso de peso e 15% são obesas. Apesar de terem sido introduzidos novos regulamentos em 2007 que limitam a oferta disponibilizada nas cantinas escolares de acordo com um conjunto de ‘boas práticas’ nutricionais, estes valores sugerem a prevalência de ‘maus hábitos’ alimentares. Estes dados põem em causa a harmonia entre as ‘biopedagogias’ alimentares promovidas pelo Estado e o poder da família na estruturação dos hábitos alimentares das crianças. A dissonância entre as práticas alimentares familiares e escolares produz, à luz do pensamento Foucaultiano, um fenómeno de resistência. Não obstante, o que é central é o facto de essa resistência emergir em contextos onde as práticas dos indivíduos são socialmente distintas, ou seja, combinando diferentes tipos de recursos para agir, em quantidade e qualidade. Se por um lado a alimentação deve ser entendida a partir de um quadro de relacionamentos e sociabilidades múltiplas e plurais, por outro, este argumento permite-nos acima de tudo pensar o papel de cada uma destas esferas a partir da sua autonomia relativa. Um relatório publicado pelo Observatório da Publicidade em 2002 conclui que “a publicidade a produtos alimentares dirigida a crianças e jovens predomina na televisão portuguesa” (84,41%) e que “mais de 60% dos anúncios exibidos se encontram directa ou indirectamente ligados ao grupo de Açúcar e Açucarado”. Embora o Estado português só tenha produzido legislação especificamente dirigida para o combate à obesidade em 2007, as preocupações com o estado nutricional das crianças são bem mais antigas. Neste sentido, o distanciamento relativamente às racionalidades que orientam a organização da publicidade e os que orientam a acção do Estado relativamente à alimentação corrobora a tese em torno da autonomia relativa de cada uma destas redes de provisão. Mesmo assim, em 2010, o ICAP

publicou um código de auto-regulação relativamente a este tipo de publicidade. Embora haja um debate em torno da eficácia dos mecanismos de monitorização associados esta modalidade de regulamentação, existem dados que apontam para uma redução da exposição das crianças a produtos que não cumpram os requisitos nutricionais impostos pelo Compromisso Europeu (*EU Pledge Monitoring Report, 2011*), na ordem dos 23% face a 2005. Ao contrário do primeiro relatório, que aponta para uma maior autonomia do campo publicitário, o segundo remete para o *output* de um processo de negociação concretizado fundamentalmente entre o Estado e o mercado.

Muito embora o Estado e o mercado sejam dois intervenientes na estruturação da alimentação, ainda assim, a família permanece uma instituição central no processo de socialização e, em particular, das identidades e das subjectividades individuais (Alanen, 2001; Backett, 2004, 2010, 2011; Metcalfe, 2008; Worth, 2009). É no âmbito da família que se estabelecem um conjunto de relações particularmente significantes em torno das práticas relacionadas alimentação. Ela representa simultaneamente uma rede de provisão alimentar assente num conjunto de práticas mundanas que envolvem trocas de bens e serviços, e uma rede de interdependências simbólicas que contribuem para a construção das identidades colectivas e individuais e, consequentemente, para as escolhas alimentares levadas a cabo pelos indivíduos ou grupos. A família existe enquanto espaço social comum onde são partilhados valores e experiências. Mesmo assim, existem múltiplas formas de organização familiar (estrutura do agregado, modalidade conjugal, estilos parentais, etc.). Este trabalho presta especial atenção à importância que as interações domésticas têm na estruturação dos hábitos alimentares dos elementos das famílias com crianças a partir de uma abordagem compreensiva sobre as negociações envolvidas tanto na produção das culturas alimentares familiares como das biografias alimentares, e numa leitura co-dependente de um conjunto de interferências como o Estado (alimentação escolar), as sociabilidades infanto-juvenis, as culturas familiares, a territorialidade, a exposição ao mercado (media) e a as classes sociais.

2. A variabilidade social das práticas e dos conhecimentos alimentares

Reflectir sobre a alimentação do ponto de vista sociológico significa ultrapassar a visão que nos é recorrentemente imposta pela biologia, e que estabelece o sistema alimentar humano como uma rede de interdependências circunscritas à co-presença dos seres humanos e o meio bioquímico com que interage. Embora a sociologia não rejeite esta dimensão, a sua abordagem incide sobre as suas dimensões sociais e culturais, ou seja, a alimentação é perspectivada simultaneamente como um sistema objectivo de relações de produção, distribuição e consumo, e como um conjunto de ideias, símbolos e significados partilhados (Beardsworth, 1997). A alimentação é, segundo Lévi-Strauss, um sistema cultural onde o gosto, culturalmente contextualizado e socialmente construído, orienta as escolhas dos indivíduos (Caplan, 1997). Não obstante, o pensamento em torno da alimentação não se reduz às questões do gosto ou das preferências alimentares., ou seja, há uma pluralidade de significados envolvidos noutras práticas além da mera ingestão de alimentos. Estes exprimem um processo comunicativo que tem por referência um complexo sistema de signos que está presente tanto nos hábitos alimentares dos indivíduos como nos significados atribuídos aos géneros alimentícios, nas técnicas de preparação, etc (Barthes, 1970). As práticas geradas em torno da alimentação contribuem para a organização da vida social dos indivíduos, isto é, para a manutenção de uma dada ‘ordem social’. Não são só as escolhas produzidas pelos indivíduos que são importantes, mas também o modo como as práticas são conduzidas (Douglas, 1975). Mesmo assim, o enfoque atribuído a tais significados e condutas deve ter em conta o facto de essas relações envolverem indivíduos socialmente posicionados de forma assimétrica em contextos que, apesar de tudo, são alterados atendendo a um conjunto de dinâmicas estruturais mais amplas. Por esse motivo, o estudo das práticas e das subjectividades em torno da alimentação não pode ser dissociado dos contextos onde tais relações são produzidas (por exemplo o espaço doméstico) e do poder de outras instâncias meta-estruturais como o Estado e o mercado (Goody, 1982).

Os significados em torno da alimentação, não sendo exclusivamente nutricionais, devem ser analisados atendendo ao conjunto de relações sociais de poder que se estabelecem ao longo da história e que contribuem para a construção de sistemas de classificação em torno da alimentação, do corpo e da saúde (Mintz, 1959).

Por um lado, o enfoque atribuído por Mintz à dimensão histórica permitiu compreender o impacto do aumento do consumo de açúcar sobre o reforço da distinção entre paladar e nutrição. Por outro lado, ele também contribuiu para pensar as alterações produzidas pelo consumo de refeições pré-confeccionadas à luz das dinâmicas de individualização, que, segundo esta autora, representam uma “dessocialização” da alimentação. A extensão desta dinâmica conduziu ao que ela considera ser o fim da “refeição em família” (Caplan, 1997). Muito embora esta noção tenha vindo a ser contestada por outros autores (DeVault, 1991), o mesmo argumento é utilizado por Claude Fischler (1990) quando se refere à condição ‘gastro-anômica’ dos hábitos alimentares das sociedades modernas e pós-modernas. Esta é, sobretudo, uma condição onde o comportamento dos indivíduos tende a diversificar-se por consequência das dinâmicas de individualização e desregulação (Beck, 1992; Giddens, 1991; Bauman, 2000), ou seja, onde o constrangimento cultural sobre as escolhas dos indivíduos decresce, configurando uma “crise dos padrões culturais” (Warde, 1997). Mesmo assim, os hábitos alimentares continuam a contribuir para a organização da vida quotidiana dos indivíduos, quer por estarem frequentemente associados a certas ocasiões sociais, quer pelo valor intrínseco das relações que aí se estabelecem independentemente do grau de reciprocidade envolvido (Beardsworth, 1997). Apesar de algumas práticas emergirem em contradição com os modelos normativos anteriormente impostos, isso não representa a ausência de regularidades nos comportamentos dos consumidores. Embora se verifiquem situações de conflito, de tensão e resistência face aos modelos tradicionais, como no caso da ‘refeição em família’, ainda que essa refeição não seja feita todos os dias em co-presença com todos os elementos, o seu valor simbólico permanece elevado (Backett, 2010; Caplan, 1997). Daqui retira-se que apesar de haver um maior espaço para as escolhas individuais, a família permanece uma instância de referência com elevado valor e por isso susceptível de contribuir significativamente para a organização dos hábitos de consumo alimentar dos indivíduos. Em síntese, a alimentação representa um conjunto de práticas ordenadas no espaço e no tempo que são recriadas pelos actores sociais de acordo com as condições de existência que experimentam (Warde, 2005).

2.1 Alimentação e Consumo

Como vimos, a alimentação dos indivíduos implica um conjunto de práticas que transcendem a simples adequação do perfil nutricional através da ingestão de alimentos. Está implicada uma dimensão social que tem em consideração as relações produzidas no “processo de apropriação de bens e serviços (comercializados ou não) que se realiza no decurso de práticas reguladas por convenções e valores sociais” (Truninger, 2010), isto é, na adequação dos bens alimentares às preferências dos indivíduos (Warde, 2005). O estudo do consumo nas sociedades pós-modernas pressupõe um conjunto de dinâmicas que põem em causa alguns dos argumentos clássicos relativamente à variabilidade das práticas dos consumidores. Enquanto Marx, Weber e Simmel, ou até mesmo Bourdieu (1987), estabelecem o consumo como uma função da produção, e portanto hierarquicamente desigual em função da posição ocupada pelos actores no sistema de produção e da respectiva distribuição dos recursos (Warde, 1997), outros propõem uma alternativa a esta análise perante um hipotético declínio do poder limitativo das classes.

Se nos referirmos à primeira linha de pensamento, esta pressupõe que as culturas de classe são homogêneas, isto é, que as preferências e o gosto reproduzem-se por intermédio dos mecanismos de socialização dentro dos grupos que partilham as mesmas condições sociais e económicas de existência (Bourdieu, 1987). Deste modo, os padrões de consumo são determinados pelo grupo social de pertença à medida que os indivíduos incorporam o gosto e as normas partilhadas. A necessidade, o gosto e o prazer são aspectos que caracterizam frequentemente relação dos indivíduos com o consumo moderno (Gronow, 2001). Os significados atribuídos às escolhas individuais têm por referência hábitos e preferências construídos por grupos sociais distintos. Isto pressupõe por um lado, que as classes sociais podem ser identificadas a partir dos padrões de consumo e, por outro, que o comportamento dos consumidores pode ser explicado em função da expressão das preferências e dos juízos de valor envolvidos na construção das identidades de classe (Warde, 1997). Ou seja, que o consumo é um elemento de distinção entre as diferentes classes sociais (Bourdieu, 1987). No entendimento de Bourdieu, muito embora as preferências individuais sejam por vezes percebidas como óbvias ou naturais, elas estão imbricadas no *habitus* dos indivíduos, isto é, numa matriz de preferências e gostos convertidos em

disposições que orientam a acção individual de acordo com as experiências vividas pelos indivíduos e as condições de existência materiais e simbólicas da condição de classe a que pertencem. Ao *habitus* cumpre a função de mediar a posição económica e social dos indivíduos e o universo de estilos de vida. As disposições incorporadas geram práticas com significados distintos e distintivos, isto é, as preferências e os gostos dos indivíduos dependem do contexto relacional em que adquirem sentido, e que é em grande parte determinado pela posição dos indivíduos no espaço social de acordo do volume e a da qualidade de capitais cultural, económico e social que detêm (Bourdieu, 1987; Wills, 2011). De acordo com esta visão, as práticas de consumo são geradas pelo *habitus*, ou seja, a escolha desempenha um papel mínimo no consumo, ainda que este seja fundamentalmente conceptualizado em termos das escolhas individuais.

Contrariamente a Bourdieu, Bauman (2000) argumenta que há uma menor restrição das escolhas individuais no campo do consumo. Corroborando esta tese, Alan Warde (1997) argumenta que o capitalismo maximizou as possibilidades de escolha dos consumidores ao ponto de os libertar dos constrangimentos do *habitus*. Nesta linha de pensamento, é a identidade individual que medeia o consumo, ou seja, as práticas de consumo estão muito intimamente relacionadas com imagem que os actores sociais têm de si. Não obstante, a construção social das identidades é um processo feito de complementaridades, elas produzem-se por intermédio de dinâmicas de identificação através das quais os actores sociais integram grupos mais vastos de pertença ou de referência, e de identização, em que os agentes tendem a autonomizar-se e a diferenciar-se socialmente, estabelecendo fronteiras e distâncias em relação aos outros (Conde, 2011). No entanto, convém salientar que definir a identidade como um conceito central no estudo do consumo não significa afirmar que as práticas dos consumidores resultam necessariamente de estratégias utilitaristas maximizadoras dos ganhos individuais, entre os quais, os que sustentam uma certa ‘imagem de si’ (*self*). Ainda assim, as escolhas individuais incorporam uma dimensão de incerteza e risco. Existe a possibilidade dos indivíduos cometerem a ‘escolha errada’ e daí resultarem sentimentos de ansiedade.

Numa ‘sociedade de risco’, a falta de consenso sobre um conjunto de aspectos relacionados com a vida conduz a que sejam os próprios indivíduos a gerir as situações de incerteza que enfrentam por recurso aos conhecimentos biográficos e especializados que detêm (Beck, 1992; Giddens, 1991). As transformações induzidas pela acentuação das dinâmicas de globalização conduziram à diminuição do poder das instituições tradicionais e integraram os indivíduos num processo acentuado de individualização onde desenvolvem um maior controlo reflexivo sobre as suas biografias. A incerteza não só estimula a auto-monitorização do *self* como transpõe para o corpo dos indivíduos um ‘dado extrínseco’ dessa condição. Enquanto nas sociedades pré-modernas a tradição desempenhava um papel determinante na organização social dos indivíduos e por isso também na sua consciência ontológica, com a diluição dessas estruturas de confiança (Bauman, 2001) a segurança dos indivíduos é muitas vezes posta em causa, dando lugar a sentimentos de ansiedade. A existência social dos indivíduos não pode ser dissociada da sua condição física e das manifestações do corpo. O corpo figura simultaneamente um prolongamento da identidade dos indivíduos - onde se expressam símbolos e significados partilhados e contextualmente incorporados na relação com os outros - e uma instância idiossincrática hermeneuticamente envolvida na incorporação das estruturas sociais. Nesse sentido, a busca de segurança ontológica remete para um contínuo processo de (re)construção identitária que envolve “regimentação e disciplina do corpo” (Truninger, 2010:42). Neste cenário, a regulamentação normativa exercida pelas colectividades é menor e há uma maior capacidade individual dos agentes sociais recriarem os seus contextos. Isto sugere uma menor pressão pela uniformidade do consumo à medida que as dinâmicas de individualização se acentuam. Mesmo assim, a falta de ligação social induzida pela ‘individualização’ leva a que alguns indivíduos sintam a necessidade de recriar sentimentos de pertença. A necessidade de integração conduz, em alguns casos, à identificação com grupos ou ‘comunidades imaginadas’ (Bauman, 2001), e que são muitas vezes produzidas a partir de sentimentos de nostalgia ou noções sobre a tradição, ou até mesmo sobre o regional e o local atendendo às dinâmicas contemporâneas de ‘glocalização’ (Conde, 2010). A busca de pertença e de integração social remete os indivíduos para um processo de ‘comunicação’ (Warde, 1997)..

No entanto, a par das dinâmicas de ‘individualização’ e de ‘comunicação’ que acentuam/atenuam a diversidade do consumo, assiste-se igualmente a uma variabilidade do espírito de disciplina na esfera do consumo (Warde, 1997). Se por um lado, a atenuação do espírito de disciplina decorre de processos de ‘informalização’ que emergem no âmbito das sociedades de informação, e que conduzem à dissolução dos padrões de consumo rígidos, conformistas, estabilizados e rotinizados. Ou seja, o comportamento do consumidor torna-se irregular à medida que as regras são menos coercivas. O seu comportamento torna-se ‘anómico’. Por outro lado, alguns grupos reintroduziram a disciplina e a regulação por intermédio da acentuação da afirmação do *self* no consumo, ou seja, através da ‘estilização’. Estão em causa os sentimentos de pertença que emergem durante a partilha de uma certa consciência de estilo e de gostos comuns.

Deste modo, de acordo com o modelo proposto por Warde (1997) o peso relativo das dinâmicas de ‘individualização’ e de ‘comunalização’ configura uma dimensão de integração social e o equilíbrio entre ‘informalização’ e ‘estilização’ uma dimensão de regulação social. A combinação dos vectores de integração e regulação social configuram uma pluralidade de disposições para o consumo. Se se considerar o plano onde os sentimentos de pertença e o poder coercivo das normas é menor – e que envolve as dinâmicas de ‘individualização’ e ‘informalização’ – a tendência é para uma maior diversidade no comportamento do consumidor ou, se preferirmos, de identidades pessoais. Neste plano, o poder decrescente dos grupos sociais possibilita uma maior valorização das preferências individuais dos consumidores. Não obstante, a escolha do consumidor é dotada de uma dimensão de incerteza. Embora as idiossincrasias individuais se expressem de forma mais intensa, elas podem dar lugar a fracos sentimentos de pertença social que remetem, posteriormente, para baixos níveis de solidariedade. Contrariamente a esta noção, quando há uma maior eficácia das escolhas dos consumidores, isto é, quando há uma ‘estilização’ da imagem que o indivíduo tem de si, criam-se pequenos grupos de estilos de vida distintos. O ‘individualismo’ motiva os indivíduos a estabelecerem ligações electivas com base numa identidade de grupo estilizada. No entanto, as ligações criadas são muito frequentemente temporárias, o que motiva situações de impermanência (Warde, 1997). Esta condição é cada vez mais frequente nas culturas pós-moderna e é, em grande parte, responsável pelos novos padrões de consumo, isto é, pela segmentação e criação de ‘nichos de mercado’. Do lado oposto deste plano (‘segmentação do mercado’) encontra-se o da ‘massificação’, e decorre da acentuação das dinâmicas de ‘comunalização’ e de ‘informalização’. Entendida à luz da ideia de ‘cultura de massas’, ele diz respeito a um tipo de consumo que ocorre à escala nacional e internacional e resulta de um conjunto de processos de uniformização que decorrem da racionalização económica e das mensagens globais veiculadas pelos média e pela publicidade (*idem*). Por último, há ainda a possibilidade de os critérios estruturais de diferenciação (classe, género, étnia, e territorialidade) interferirem mais intensamente nas escolhas dos consumidores, isto é, de os processos básicos de distinção se manterem.

Assim, de acordo com Warde (*idem*), ainda que se possa afirmar que em alguns tipos de consumo a expressão das diferenças de classe diminuiu, noutras elas aumentaram. Este argumento é sustentado por Bauman (2001) quando sugere que, embora estejam a emergir um conjunto de ‘neo-tribos’, a uniformidade do consumo mantém-se na maioria dos grupos entre a população. O modelo proposto deve ser entendido como um espaço no qual os indivíduos transitam ao longo da sua trajectória de acordo com diferentes domínios do campo do consumo.

2.2 Consumo, família e juventude

Como vimos, apesar da acentuação das dinâmicas de individualização, a estruturação do consumo é um processo que não pode ser dissociado dos mecanismos de socialização. Se por um lado podemos compreender o poder do mercado sobre o consumo através da diversificação e da especialização da produção (produção flexível), por outro, os média contribuem para uma tendência de uniformização do consumo através da difusão de um conjunto de mensagem e significados à escala global. O consumo é, por esse motivo, um processo antagónico que se complementa na articulação entre a individualização e a ‘comunicação’ (Warde, 1997) das práticas dos consumidores, ou seja, embora a reflexividade desempenhe um papel importante na estruturação dos hábitos de consumo das sociedades pós-modernas, é

maioritariamente na família que ocorre a socialização da alimentação dos indivíduos e, especificamente dos mais jovens (socialização primária).

Embora o conceito de família designe uma pluralidade de formas de organização do agregado e dos estilos de relacionamento entre os seus elementos, o que é importante no decurso da análise das práticas e dos conhecimentos alimentares é o facto da família ser um meio social quotidianamente (re)construído através de um conjunto de práticas mundanas (entre as quais as relacionadas com a alimentação). As relações produzidas no âmbito das redes domésticas de provisão de bens, serviços e afectos (Backett, 2010) permitem a partilha e a negociação quotidiana de quadros normativos de referência para a acção. No entanto, essas relações podem pautar-se por tensões e conflitos. Estão em causa relações de poder que se inserem em estruturas hierárquicas próprias de uma determinada família e noutras que transcendem a vontade individual dos seus elementos (classe, género, etnia e geração ou fase do ciclo de vida). Por esse motivo, é importante considerar a trajectória individual de cada um dos elementos do agregado de acordo com as condições económicas e sociais de existência que cada um experimenta no decurso das suas sociabilidades. Não quer dizer, no entanto, que as escolhas produzidas no âmbito da condição biográfica dos elementos não estejam sujeitas ao poder coercivo da família ou de outros actores.

Os esquemas relacionais familiares remetem para relações de interdependência que se sustentam através de processos de negociação onde se aceitam e contestam um conjunto de normas e significados (Backett, 2004). Deste modo, transpondo o universo da alimentação para as relações do tipo familiar, as refeições, tal como outro tipo de práticas geradas em torno da alimentação (compras alimentares, confecção, refeição, etc.), estão incorporadas em rotinas diárias familiares domésticas e em esquemas socioculturais mais amplos que se reproduzem por intermédio das práticas e das experiências vividas pelos indivíduos. Não está somente em causa o tipo de alimentos consumidos, mas também os rituais que organizam essas mesmas práticas (Curtis, 2010). A renegociação contínua destas práticas contribui para a manutenção de uma certa ordem social doméstica e familiar, onde são recriadas identidades que, todavia, partilham características com grupos que transcendem a família (Backett, 2010).

A família é um meio social privilegiado para a análise dos hábitos de consumo alimentar dos indivíduos. Neste contexto de co-presença há uma maior proximidade entre os agentes sociais e consequentemente estabelecem-se relações de poder. Mesmo em família, as trocas não são necessariamente simétricas. Elas variam em função das estruturas de poder doméstico. As mulheres, por exemplo, embora desempenhem uma posição de responsabilidade em relação à alimentação ao realizar tarefas elementares, como a confecção da refeição, têm pouca autoridade sobre as escolhas que produzem (*idem*). Pelo contrário, o homem, tido como o principal angariador de recursos económicos, tende a ter esse poder de decisão sobre a organização da vida familiar. Ainda assim, as polarizações de poder não se limitam às questões de género. A geração ou grupo etário é um factor de desigualdade e de diferenciação, e por esse motivo a infância deve ser entendida como um fenómeno geracional (Alanen, 2001). Nos primeiros momentos da infância, a alimentação das crianças tende a obedecer a uma dieta que é culturalmente definida. Durante esta fase do ciclo da vida, as crianças estão também sujeitas a uma maior vigilância e controlo parental, o que condiciona o tipo de experiências que integram e o modo como o fazem. Deste modo, a autonomia dos jovens relativamente às escolhas alimentares produzidas em casa pode estar constrangida pelo comportamento e pelos desejos dos pais. Por esse motivo, as suas escolhas devem ser analisadas atendendo às práticas e aos valores partilhados na família (Backett, 2010). Ainda assim, isso não deve representar a exclusão da agencialidade das crianças, pois elas estão activamente envolvidas na construção das identidades familiares. As relações entre os adultos e as crianças, apesar de envolverem posições de poder desiguais entre as gerações, não devem ser perspectivadas exclusivamente a partir das dependências que se estabelecem. Estão envolvidas negociações ao longo do tempo e do espaço de acordo com o contexto social e cultural (Soco, 2001). A parentalidade deve ser entendida como um contracto continuamente renegociado entre os pais ou até mesmo irmãos ou outros familiares (Backett, 2004).

3. Proposta de Pesquisa

Foucault (1975) argumenta que, durante o século XVI, os processos de governamentalização alteraram-se consideravelmente no sentido de fazer convergir a sua atenção sobre as populações. Isso conduziu ao desenvolvimento de um conjunto de “instituições, procedimentos, análises e reflexões, de cálculos e táticas que permitem o exercício de uma forma específica de poder orientada para governar uma população” (Foucault, 1978). Ao contrário do poder soberano, frequentemente usado sob a forma coerciva e violenta, o conceito de ‘biopoder’ remete para a capacidade que o Estado tem de exercer um controlo sobre a biografia dos indivíduos. Este conceito é particularmente importante para pensar a construção das identidades no âmbito das transformações que transcendem por um lado, a pertença dos indivíduos a certos contextos e grupos e, por outro, a sua capacidade auto-reflexiva. O Estado moderno, reflexivamente monitorado, desenvolveu “formas específicas de territorialidade e vigilância” (Giddens, 1991:21) que permitem a aplicação de programas de governo e a difusão de racionalidades (Miller e Rose, 2008). Este processo pode ser entendido em termos das “biopedagogias”, ou seja, dos instrumentos práticos que concretizam a normalização e a regulação da vida dos indivíduos (Wright, 2009).

Como descrevi inicialmente, a prevalência dos níveis de excesso de peso e de obesidade representam um ‘problema’ de saúde nacional. Além de contribuírem para o aumento da despesa pública com a saúde, este é um problema que afecta o bem-estar das populações. Perante este cenário, o Estado português tem vindo a implementar um conjunto de programas que visam a normalização dos corpos dos indivíduos de acordo com um conjunto de critérios estabelecidos por especialistas (médicos, nutricionistas, etc.). Como vimos, o ‘biopoder’ efectiva-se por um lado, através do exercício do poder regulamentar e do poder disciplinar. Está em causa a incorporação de um conjunto de subjectividades por intermédio da regimentação e da disciplina do corpo. Embora Bauman (2001) associe o funcionamento das sociedades pós-modernas a uma mecânica de fluidez (menor poder restritivo das normas), as sociedades contemporâneas não são assim tão turbulentas, ou seja, há um certo grau de disciplina. Isso não significa, no entanto, que não existam conflitos e tensões no decorrer desse processo. As práticas sociais são socialmente distintas e, nalguns casos, isso pode representar o surgimento de fenómenos de resistência relativamente às subjectividades que se pretendem transmitir. O facto deste processo depender em larga medida da capacidade de auto-monitorização dos indivíduos faz com que ele dependa largamente do conhecimento biográfico e dos capitais que detêm. Desse modo, o processo de recepção das políticas públicas relacionadas com a alimentação obedece aos esquemas de desigualdade e diferenciação social que se reproduzem, em larga medida, por intermédio da socialização familiar e de classe. Os relacionamentos familiares potenciam uma rede de interdependências onde se estabelecem trocas significantes que contribuem para a construção das identidades pessoais, ou seja, das preferências de consumo.

Em Portugal, ao longo das últimas décadas, as famílias têm sofrido um conjunto de transformações que integram as dinâmicas mais amplas de modernização da sociedade portuguesa (Aboim, 2006). Ao nível da estrutura do agregado doméstico pode destacar-se uma evolução que vai por um lado, no sentido de uma redução do número de casais com filhos e da dimensão média do agregado e, por outro, do aumento de novos tipos de agregado doméstico como é o caso das famílias monoparentais, dos casais coabitantes, das famílias recompostas e das pessoas a viverem sós (Relatório do OFAP, 2010). Ao nível das dinâmicas conjugais, embora o número de divórcios e a idade média de casamento tenha aumentado, o número de casais a viver junto antes do casamento e de nascimentos fora do casamento também aumentou consideravelmente. Em concordância com as transformações estruturais apresentadas, e que apontam para uma diminuição da dimensão do agregado, o índice sintético de fecundidade tem vindo a cair de forma acentuada desde os anos 60. Ao nível da divisão do trabalho, a tendência observada é a de um maior envolvimento das mulheres na vida profissional, o que sugere uma maior autonomia económica no género feminino. De acordo com estas transformações, as formas das famílias portuguesas são mais plurais e diversas. Por esse motivo, a análise dos hábitos alimentares nas famílias deve contemplar essa diversidade de formas de organização.

No entanto, embora a família represente o espaço onde as práticas e os significados em torno da alimentação são negociados, a classe social, o género e a geração são factores que posicionam os indivíduos em diferentes condições de existência social e económica, e por sua vez em diferentes universos simbólicos e materiais que

exercem um poder contingente sobre as práticas dos indivíduos. A análise das práticas alimentares não deve cingir-se à ingestão de géneros alimentícios. Pelo contrário, ela deve ter em consideração os diferentes (e distintos) significados que lhes são atribuídos no âmbito das negociações em torno das escolhas dos alimentos, da sua aquisição e confeção, e contextualiza-las de acordo com as trajetórias dos indivíduos socialmente posicionados e de acordo com o modelo de disposições para o consumo proposto por Warde (1997). Simultaneamente, ele deve complementar-se com uma análise dos fenómenos de resistência/reconhecimento que emergem da interação dos indivíduos com outras redes de provisão, como o Estado, o mercado e a comunidade.

4. Bibliografia

Aboim, Sofia (2006), *Conjugualidades em Mudança: percursos e dinâmicas da vida a dois*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Alanen, Leena and Berry Mayall. (2001). *Conceptualizing Child-Adult Relations*. London: RoutledgeFalmer.

Backett-Milburn, Kathryn et al. (2010). Food and family practices: teenagers, eating and domestic life in differing socio-economic circumstances. *Children's Geographies*, 8(3), 303-314.

Backett-Milburn & Jeni Harden (2004). How Children and Their Families Construct and Negotiate Risk, Safety and Danger. *Childhood*, 11(4), 429-447.

Beardsworth, Alan, & Teresa Keil (1997). *Sociology on the Menu, An Invitation to the study of society and food*, London: Routledge.

Bourdieu, Pierre (1987). *The Distinction: a social critique to the judgment of taste*, Cambridge: Harvard University Press.

Caplan, Pat (1997). *Health, Food and Identity*, Cambridge: Routledge.

Curtis, Penny, Allison James & Katie Ellis (2010). Children's snacking, children's food: food moralities and family life, *Children's Geographies*, 8(3), 291-302.

Gronow, Jukka. (1997). *The Sociology of Taste*, London: *Sociology The Journal Of The British Sociological Association*.

Metcalf, Alan, et al. (2008). Inside and outside the school lunchbox: themes and reflections. *Children's Geographies*, 6(4), 403-412.

Miller, Peter & Nick Rose (2008). *Governing the Present*, Cambridge: Polity Press.

OFAP (2010). Relatório do Observatório da Família e das Políticas de Família, Lisboa.

Punch, Samantha, Ian McIntosh & Ruth Emond (2010). Children's food practices in families and institutions, *Children's Geographies*, 8(3), 227-232.

Rawlins, Emma (2009). Choosing Health? Exploring Children's Eating Practices at Home and at School, *Antipode*, 41(5), 1084-1109.

Sobral, José (2007). Nacionalismo, Culinária e Classe: a cozinha portuguesa da obscuridade à consagração (séculos XIX-XX), *Ruris*, 1(2), 13-52.

Warde, Alan (1997). *Consumption, Food and Taste*, London: SAGE.

Will, Wendy et al. (2011). The framing of social class distinctions through family food and eating practices. *The Sociological Review*, 5(9)

Worth, Nancy (2009). Understanding youth transition as "Becoming": Identity, time and futurity, *Geoforum*, 40(6), 1050-1060.

Wright, Jan (2009). *Biopolitics and the Obesity Epidemic*. New York: Routledge.